

Guaimbê IV Parque Solar S.A.

CNPJ nº 21.983.147/0001-19

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. **Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativos aos exercícios findos em 31/12/18 e 2017. Permanecemos à disposição para prestar esclarecimentos adicionais necessários. São Paulo, 14 de junho de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS				BALANÇOS PATRIMONIAIS			
31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				(Valores expressos em milhares de reais - R\$)			
	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.477	367	Fornecedores	7	7.485	13.523
Investimentos de curto prazo	4	2.320	–	Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	–	39.804
Contas a receber de clientes	5	1.791	–	Partes relacionadas	9	–	3.725
Tributos a compensar	–	76	–	Tributos a pagar	–	22	98
Outros créditos	–	55	13	Conta de ressarcimento	10	781	–
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	12.719	380	–	Adiantamento para futuro aumento de capital	9	–	97
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Outras obrigações	–	955	397
Tributos e contribuições sociais diferidos	–	–	101	TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	9.243	57.644	–
Conta de ressarcimento	10	22	–	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado, líquido	6	106.503	57.566	Capital social subscrito e integralizado	12	111.029	2.273
Intangível, líquido	–	42	1.674	Prejuízos acumulados	–	(986)	(196)
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	106.567	59.341	–	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	110.043	2.077	–
TOTAL DO ATIVO	119.286	59.721	–	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	119.286	59.721	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
31 de dezembro de 2018 e 2017				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
Descrição	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016		1.985	–	1.985
Aumento de capital	–	288	–	288
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(196)	(196)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12	2.273	(196)	2.077
Aumento de capital	–	108.756	–	108.756
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(790)	(790)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12	111.029	(986)	110.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
31 de dezembro de 2018 e 2017	
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Guaimbê IV Parque Solar S.A. ("Companhia"), com sede na Cidade de Guaimbê, estado de São Paulo, na Estrada Vicinal Guaimbê/Lins (GMB-010), Governador Mário Covas, Km 28 - s/nº Fazenda Primavera - CEP 16480-000, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 02 de janeiro de 2015 e tem por objeto social a geração e comercialização de energia, de matriz solar fotovoltaica ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no ambiente de contratação regulada, para suprimento de energia elétrica. A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL, emitida após 6º Leilão de Energia de Reserva realizado em outubro de 2014, com energia contratada por 20 anos, capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 5,9 MWm. A construção da planta foi encerrada em abril de 2018. Em 03 de setembro de 2018, a Companhia, que, anteriormente, era controlada diretamente pela Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A., subsidiária brasileira do grupo espanhol ACS Group, passou a ser controlada indiretamente pela AES Tiêtê Energia S.A. ("AES Tiêtê") e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A Companhia é controlada diretamente pela Guaimbê Solar Holding S.A..

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
LER 2014	CCEE	51.684	279,90	Outubro/17	Setembro/37	IPCA	Outubro

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 14 de junho de 2019, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração.

2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09 e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

2.2 Base de preparação e apresentação
Continuidade operacional
Em 31 de dezembro de 2018, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Imobilizado
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.
O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
A depreciação é calculada pelo método linear, por componente. O valor residual e vida útil dos ativos e o método de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de acordo com o caso.

A Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgá-las adequadas e que refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade dos valores, pois a depreciação será limitada ao prazo de autorização, ou ao longo da vida útil estimada dos ativos, dos dois o menor.
Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específicas. Da mesma forma, quando alguma manutenção relevante é feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A Companhia possui provisão para desmantelamento de ativos às quais referem-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo da Companhia. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

3.2 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
(a) **Imposto de renda e contribuição social correntes**
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**
Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias sejam revertidas.
A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram revisão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia.

3.3 Reconhecimento da receita
A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pelo mercado de energia elétrica, tais quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações do Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver incerteza significativa sobre a sua realização. A Companhia procedeu à avaliação do IFRS 15-CPC 47 e concluiu que não há mudança de política contábil pela adoção da norma.

(a) **Receita de suprimento de energia elétrica**
A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo. Os contratos de energia estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades. As especificidades do reconhecimento da receita e mais detalhes sobre os critérios de ressarcimento estão descritos na nota explicativa nº 10.

3.4 Contratos de arrendamento
A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil classificados como operacionais. Os pagamentos são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

3.6 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2019
Dentre os novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2019, a Companhia somente espera impacto significativo na adoção do CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, demonstrado abaixo:
IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil. Substitui o CPC 06 (R1)/IAS 17. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidênciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem praticamente todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a CPC 06 (R1)/IAS 17, ou seja, reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior à doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre arrendamentos operacionais e financeiros.
Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por utilizar o método retrospectivo modificado, sem representar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

DIRETORIA	
Ítalo Tadeu de Carvalho Filho Diretor	Clarissa Della Nina Sadock Accorsi Diretora
	Anderson de Oliveira Diretor

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS			
31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação)			
	Notas	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	8.269	–
CUSTOS OPERACIONAIS			
Energia comprada para revenda		(65)	–
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão		(160)	–
Taxa de fiscalização		(1)	–
Outros encargos		131	–
Custo de Operação			
Serviços de terceiros		(356)	–
Material		(17)	–
Manutenção equipamentos de geração		–	–
Depreciação e amortização	6	(3.455)	–
Aluguéis e arrendamentos		(163)	–
Outras despesas operacionais		(10)	(292)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(4.139)	(292)	–
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	4.130	(292)	–
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		199	–
Despesas financeiras		(5.018)	(5)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	14	(4.819)	(5)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(689)	(297)	–
Contribuição social diferida		(25)	7
Imposto de renda diferido		(76)	27
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(101)	101	–
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(790)	(196)	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES		
31 de dezembro de 2018 e 2017		
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)		
	2018	2017
Prejuízo líquido do exercício	(790)	(196)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(790)	(196)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
31 de dezembro de 2018 e 2017		
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)		
	2018	2017
Atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do exercício	(790)	(196)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	3.455	–
Juros sobre financiamentos e debêntures	3.965	–
Impostos diferidos	(209)	–
Impostos diferidos	101	(101)
Baixa de ativo intangível	1.674	–
Aumento/redução dos ativos e passivos	(6.632)	482
	1.564	185
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(74)	–
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.490	185
Atividades de investimentos:		
Aplicações em investimentos de curto prazo	(2.111)	–
Aquisição de imobilizado e intangível	(52.434)	(9.697)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(54.545)	(9.697)
Atividades de financiamentos:		
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	64.000	9.376
Aumento de capital	10.266	–
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(9.376)	–
Pagamento de empréstimos (partes relacionadas)	(3.725)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	61.165	9.376
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	8.110	(136)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	367	503
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	377	367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

9. PARTES RELACIONADAS

Contas a pagar com partes relacionadas		
	2018	2017
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (III)	–	114
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (I)	–	3.725
Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (II)	–	97
		3.936

(I) Em 30 de janeiro de 2018, a Companhia assinou um contrato de mútuo com a empresa Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. com um limite de crédito no valor máximo de R\$100.000 sem incidência de taxa de juros. O contrato foi celebrado por prazo determinado, vigente da data da sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2018.
(II) Adiantamento para futuro aumento de Capital.
(III) Contrato de prestação de serviço de construção da usina fotovoltaica.

10. CONTA DE RESSARCIMENTO - CCEE

Conforme estabelecido nos Contratos de Energia de Reserva (LER 2014) celebrados entre a Companhia e a CCEE, ao fim de cada ano contratual serão apuradas as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:
A movimentação dos saldos de ressarcimentos é como segue:

	2017	Provisão	Amortização	2018
CCEE	–	852	(71)	781
Total passivo	–	852	(71)	781

	2017	Provisão	Amortização	2018
CCEE	–	22	–	22
Total ativo	–	22	–	22

11. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discutidos em andamento que tenham sido avaliados pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como caracterizando uma obrigação presente como resultado de evento passado, com saída de recursos e confiável estimativa do valor.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social
Em 31 de dezembro de 2018, a Guaimbê Solar Holding S.A., é a única acionista da Companhia, cujo capital social subscrito e integralizado é de R\$ 111.029 representado por 111.029.093 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2018, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 1.624, passando o capital social de R\$ 2.273 para R\$ 3.897, com 3.896.904 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
Em 28 de setembro de 2018, foi aprovado, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aumento de capital no montante de R\$ 98.337, com a capitalização das debêntures, sendo R\$94.000 de principal e R\$4.337 de encargos financeiros, passando o capital social de R\$ 3.897 para R\$ 102.290.
Em 28 de dezembro de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$8.739, passando o capital social de R\$ 102.290 para R\$ 111.029, mediante a emissão de 8.739.283 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia procedeu à avaliação do IFRS 15-CPC47 e não identificou impactos relevantes em suas demonstrações contábeis, como resultado na aplicação deste pronunciamento.

	2018	2017
Receita com energia elétrica faturada	10.280	–
Ressarcimento de energia	(759)	–
Receita operacional bruta	9.521	–
(-) PIS e COFINS	(1.252)	–
Total	8.269	–

14. RESULTADO FINANCEIRO

	2018	2017
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	209	–
PIS e COFINS sobre receita financeira	(10)	–
Total	199	–
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(3.965)	–
Juros capitalizados	535	–
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(66)	–
Variação cambial - fornecedores	(945)	–
Seguros garantia	(149)	–
Outras	(388)	(5)
Total	(5.018)	(5)
Total líquido	(4.819)	(5)

CONTADOR	
Hugo Satoru Nagae CRC 1SP329701/O-6	

Aos Acionistas e Administradores da
Guaimbê IV Parque Solar S/A
Barueri - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Guaimbê IV Parque Solar S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, Guaimbê IV Parque Solar S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes
As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 29 de agosto de 2018 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.